



PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 3.254 / 2006

“Autoriza cessão de terreno à empresa “Jorge Paulo Vital”, na forma prevista na Lei 2.539/01, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Muriaé, na forma prevista no art. 4º da Lei Municipal nº 2.539, de 21 de agosto de 2001:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à empresa “Jorge Paulo Vital”, pessoa jurídica de direito privado, com atuação na área de comércio varejista de móveis novos e usados e fabricação de móveis em geral; inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.960.983/0001-04, os seguintes terrenos de propriedade do Município:

I – Terreno com área de 2.519 m², situado à Rua Ramo B, Bairro Distrito Industrial, neste município, identificado como Lote nº. 40, confrontando com os Lotes de nº 39 e 41, de propriedade do Município.

II – Terreno com área de 2.291 m², situado à Rua Ramo B, Bairro Distrito Industrial, neste município, identificado como Lote nº. 41, confrontando com os Lotes de nº 40 e 42, de propriedade do Município.

III - A cessão dos terrenos descritos nos incisos I e II ocorrerá, em princípio, através de Termo de Cessão de Uso, por prazo indeterminado e após as condições abaixo estarem cumpridas, através de Escritura Pública de Doação.”

§ 1º - Os terrenos descritos nos incisos I e II deverão ser destinados ao desenvolvimento econômico do Município.

§ 2º - O Termo de Cessão de Uso previsto no inciso III deverá ser concedido com as seguintes condições:

- a) A empresa beneficiária deverá pagar anualmente, em seu vencimento, o IPTU referente aos terrenos, inclusive sobre as benfeitorias e construções que forem erigidas.
- b) A empresa beneficiária deverá iniciar o seu funcionamento no imóvel cedido no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da assinatura do Termo de Cessão de Uso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ
GABINETE DO PREFEITO

- c) Os direitos recebidos pela empresa identificada no caput deste artigo não poderão ser cedidos ou transferidos a terceiros, sob qualquer forma. No caso de alteração na pessoa jurídica o titular atual deverá permanecer como cotista majoritário, com no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do Capital Social, permanecendo como gerente da pessoa jurídica;
- d) As benfeitorias e construções que forem erigidas nos imóveis cedidos ficarão incorporadas aos imóveis, não podendo o beneficiário requerer qualquer indenização ou retenção dos imóveis no caso de revogação da Cessão por culpa ou inadimplemento do beneficiário;

§ 3º - As Escrituras Públicas de Doação previstas no inciso III deste artigo somente poderão ser concedidas nas seguintes condições:

- a) Ter o beneficiário cumprido integralmente os termos do § 2º deste artigo 1º;
- b) Ter o beneficiário cumprido integralmente os termos do artigo 2º desta lei e artigo 6º da Lei Municipal nº 2.539, de 21/08/2001;
- c) Ter o beneficiário atingido, no mínimo, 70% (setenta por cento) das metas planejadas pelos relatórios previstos no artigo 3º desta lei;
- d) Ter o beneficiário mantido a empresa em funcionamento por, no mínimo, 5 (cinco) anos, salvo férias anuais coletivas, ininterruptos, num período de 8 (oito) anos iniciados com a assinatura do Termo de Cessão de Uso;
- e) Ter o beneficiário erigido benfeitorias e construções nos imóveis que importem em área útil equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das áreas dos imóveis;
- f) Deverá constar da escritura pública de doação cláusulas de impenhorabilidade, salvo por dívidas de natureza trabalhista, de inalienabilidade, por 15 (quinze) anos contados da data do registro da escritura, e de reversão ao Município de Muriaé no caso de inadimplemento do beneficiário com as condições fixadas;

§ 4º - Além das demais motivadoras para a reversão dos imóveis ao Município de Muriaé deverá ser condição para a manutenção dos benefícios desta lei o incremento econômico através de ações que sejam proporcionais ao valor dos imóveis cedidos, conforme determinar a aprovação dos relatórios referidos no artigo 3º desta lei.

Art. 2º - A empresa atendida pelo benefício desta Lei se obrigará a:

I – assinar Termo de Compromisso de se manter instalada e em funcionamento no Município, pelo período mínimo de cento e vinte (120) meses,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ
GABINETE DO PREFEITO

funcionando com um mínimo de cinquenta por cento (50%) da capacidade média mensal de produção, sob pena de revogação do benefício adquirido e de restituí-lo.

II – manter em seu quadro de empregados um mínimo de oitenta por cento (80%) da mão de obra local;

III – adquirir, preferencialmente, utensílios e/ou matérias primas de empresas locais e no comércio da cidade, mediante orçamentos prévios;

IV – atender, rigorosamente, as exigências dos órgãos de proteção ambiental municipal, estadual e federal, no tratamento dos despejos, dejetos, detritos ou poluentes, produzidos por suas atividades em geral.

Art. 3º - Para receber os benefícios desta lei, a empresa “Jorge Paulo Vital” deverá apresentar ao Poder Executivo relatórios de planejamento que vislumbrem:

- a) o número de emprego e renda gerados;
- b) a capacidade produtiva;
- c) os prováveis efeitos econômicos indiretos de sua atividade na economia municipal.
- d) a estimativa dos tributos municipais, a serem gerados, em decorrência de sua atividade.
- e) a estimativa dos tributos estaduais e federais, a serem gerados, em decorrência de sua atividade dos quais o Município tem participação.

Parágrafo Único – Os relatórios exigidos por este artigo serão, obrigatoriamente, entregues antes do início de instalação da referida empresa, e arquivados junto ao termo de compromisso, previsto no artigo 2º, inciso I, desta.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações consignadas ou a serem consignadas no orçamento, na forma legal.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, somente podendo produzir efeitos após o cumprimento ao artigo 3º desta lei e a aprovação dos relatórios pelo Poder Executivo.

MANDO, PORTANTO, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 17 de maio de 2006.

JOSÉ BRAZ
Prefeito Municipal